

**TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

ÓRGÃO INSTAURADOR SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.	TC N° 004.805/2012-7
RESPONSÁVEL ANA CATARINA PEIXOTO DE BRITO – Diretora da UNITRA/SETEPS à época dos fatos LEILA NAZARÉ GONZAGA MACHADO - Secretária Executiva Adjunta da SETEPS/PA à época dos fatos RENATA FREITAS DE AZEVEDO COSTA – Diretora Executiva do Centro Social de Valorização da Família - CEFAM SULEIMA FRAIA PEGADO - Secretária Executiva do Trabalho e Promoção Social à época dos fatos CENTRO SOCIAL DE VALORIZAÇÃO DA FAMÍLIA - CEFAM	CPF 151.577.842-87 133.871.112-15 566.231.432-20 049.019.592-04 01.871.717/0001-71

1. PEÇAS EXIGIDAS (art. 4º – IN nº 56/2007)

a – Ficha de qualificação do responsável	Peça 2 - Fls. 165/173
b – Cópia integral do processo de transferência de recursos acompanhado, se for o caso, pela respectiva prestação de contas	
c – Demonstrativo financeiro do débito	Peça 2 - Fls. 207/11, 217/21, 227/31, 237/41, 247/51
d – Relatório do Tomador de Contas	Peça 2 - Fls. 101/203
e – Certificado de auditoria emitido pelo órgão de Controle Interno competente, acompanhado do respectivo Relatório	Peça 2 - Fls. 302 e 294/299
f – Pronunciamento do Ministro de Estado ou autoridade equivalente	Peça 2 - Fl. 304
g – Cópia do Relatório da Comissão de Sindicância ou de Inquérito (se for o caso)	
h – Cópia das notificações da cobrança expedidas ao responsável	Peça 1 - Fls. 292/296, 312 e 330/388 - Peça 2 - Fls. 205/253
i – Notificação à entidade beneficiária, no caso de omissão no dever de prestar contas de convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos similares	
j – Outros elementos que contribuam para a caracterização do dano e da responsabilidade	

2. SITUAÇÃO

1 ☒ A Tomada de Contas Especial está devidamente constituída com as peças acima relacionadas, que estão em conformidade com o art. 4º da IN/TCU nº 56/2007, encontrando-se em condição de ser instruída.	
2 ☐ Ausente na Tomada de Contas Especial a peça exigida pela IN nº 56/2007, enumerada na alínea ... desta folha, propomos sua restituição à origem para fins de complementação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados de seu recebimento pelo órgão/entidade responsável pela instauração, devendo-se, ainda, cancelar a autuação provisória do processo.	
3 ☐ O valor do débito é inferior ao limite fixado na IN/TCU nº 56/2007 para encaminhamento imediato da TCE ao Tribunal para julgamento (R\$ 23.000,00), razão pela qual propomos o cancelamento da autuação provisória do processo e a devolução para arquivamento dos autos no órgão ou entidade de origem, de acordo com o que dispõe o art. 5º, § 1º, inciso III, da IN/TCU nº 56/2007.	
LOCAL/DATA TCU/Secex/PA, 28 de fevereiro de 2012.	RESPONSÁVEL PELO EXAME Eliana Maria Campos TFCE – Matr. 0424/3